

**VEGANISMO NÃO É DIETA: DISPUTAS DISCURSIVAS E PRÁTICAS SOBRE
RELAÇÕES ENTRE DIVERSOS ANIMAIS HUMANOS E NÃO HUMANOS,
MAPEADOS EM DEBATES ONLINE**

***EL VEGANISMO NO ES UNA DIETA: DISPUTAS DISCURSIVAS Y PRÁCTICAS
SOBRE LAS RELACIONES ENTRE DIVERSOS ANIMALES HUMANOS Y NO
HUMANOS, MAPEADAS EN DEBATES ON LINE***

***VEGANISM IS NOT A DIET: DISCURSIVE AND PRATICAL DISPUTES ABOUT
RELATIONTSHIPS BETWEEN VARIOS HUMAN AND NON-HUMAN ANIMALS,
MAPPED IN ONLINE DEBATES***



Rodolfo de Moraes Santos CERQUEIRA¹
e-mail: rodolfo.csufrj@gmail.com

Como referenciar este artigo:

CERQUEIRA, R. de M. S. Veganismo não é dieta: Disputas discursivas e práticas sobre relações entre diversos animais humanos e não humanos, mapeados em debates online. **Rev. Cadernos de Campo**, Araraquara, v. 23, n. esp. 1, e023010. e-ISSN: 2359-2419. DOI: <https://doi.org/10.47284/cdc.v23iesp.1.16900>



| Submetido em: 04/07/2022
| Revisões requeridas em: 06/02/2023
| Aprovado em: 08/03/2023
| Publicado em: 23/08/2023

Editores: Profa. Dra. Maria Teresa Miceli Kerbauy
Profa. Me. Aline Cristina Ferreira
Prof. Me. Mateus Tobias Vieira
Prof. Me. Matheus Garcia de Moura

¹ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro – RJ – Brasil. Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

RESUMO: No presente artigo, é abordado a temática do veganismo e as disputas em torno do seu significado e práticas, mobilizadas através de debates em fóruns de grupos da rede social Facebook. O objetivo consiste em refletir sobre os conflitos que atravessam os debates em torno da ética animalista vegana, mapeando disputas discursivas acerca de quais práticas de consumo, relações humano-animais e mesmo pautas políticas que se coadunam com veganismo ou não. A partir da observação desses conflitos, é identificada uma expressão importante que aparece nos debates, e que encaminha para a conclusão de que as relações entre humanos e humano-animais precisam ser interpretadas a partir de recortes que deem conta das diversas desigualdades em jogo. Além disso, identificamos duas tendências antagônicas que se desenham no meio vegano brasileiro, tanto no que se refere às estratégias de boicote e promoção ao consumo, quanto no que se refere à abordagem dos conflitos humano-animais.

PALAVRAS-CHAVE: Veganismo. Relação humano animal. Consumo.

RESUMEN: *En este artículo, discuto el tema del veganismo y las disputas en torno a su significado y prácticas, movilizadas a través de debates en foros de grupos en la red social Facebook. El objetivo es reflexionar sobre los conflictos que atraviesan los debates en torno a lo que llamaré ética animalista vegana, mapeando disputas discursivas sobre qué prácticas de consumo, relaciones humano-animal e incluso lineamientos políticos son o no congruentes con el veganismo. A partir de la observación de estos conflictos, identifico una expresión importante que aparece en los debates y que lleva a la conclusión de que las relaciones entre humanos y humanos-animales necesitan ser interpretadas desde perspectivas que den cuenta de las diversas desigualdades en juego. Además, identifico dos tendencias antagónicas que emergen en el ambiente vegano brasileño, tanto en lo que respecta a las estrategias de boicot y promoción del consumo, como en lo que respecta al abordaje de los conflictos humano-animal.*

PALABRAS CLAVE: *Veganismo. Relación humano-animal. Consumo.*

ABSTRACT: *This article addresses the theme of veganism and the disputes surrounding its meaning and practices, as mobilized through debates in forums of Facebook social groups. The objective is to reflect on the conflicts that cut across the discussions concerning vegan animal ethics, mapping discursive disputes about whether consumption practices, human-animal relationships, and even political agendas align with veganism. Through the observation of these conflicts, a vital expression is identified that leads to the conclusion that the relationships between humans and human-animals need to be interpreted from perspectives that account for the various inequalities at play. Furthermore, two antagonistic tendencies are identified within the Brazilian vegan community, both in terms of boycott and consumption promotion strategies and in relation to the approach to human-animal conflicts.*

KEYWORDS: *Veganism. Human-animal relations. Consumption.*

Introdução

O presente artigo aborda a temática do veganismo e as controvérsias que envolvem o seu significado e práticas, com o intuito de promover uma reflexão sobre os conflitos que permeiam as discussões acerca do que é denominado como ética animalista vegana². Nesse contexto, entende-se por ética animalista o princípio de agir levando em consideração os interesses dos animais de outras espécies, incluindo os humanos. Essa ética encontra aplicação, na prática do veganismo, que essencialmente consiste em abolir o consumo de alimentos e produtos provenientes de animais, bem como em evitar o uso de vestuário, cosméticos e até mesmo entretenimento associado a eles, como zoológicos, circos e rodeios.

É possível afirmar que a prática do veganismo repousa sobre bases amplamente reconhecidas por grande parte de seus seguidores e estudiosos da teoria dos direitos dos animais. Diversos trabalhos no âmbito das Ciências Sociais brasileiras (CERQUEIRA, 2017; FERRIGNO, 2012; LIRA, 2013; PERROTA, 2015) indicam as seguintes referências fundamentais que moldam a ética animalista vegana:

I- O reconhecimento da senciência, ou seja, a capacidade que todos os organismos animais possuem de experimentar dor, sofrimento físico e psicológico, bem como de sentir prazer e satisfação (SINGER, 2004). Este reconhecimento foi validado mais recentemente em 2012, quando o cientista Phillip Low redigiu a *Declaração de Cambridge sobre a Consciência em Animais Humanos e Não Humanos*³, um documento que também foi revisado e assinado por um grupo de neurocientistas colaboradores. Conforme destacado por Perrota (2015), ativistas do direito dos animais utilizam a mencionada declaração como uma abordagem para estreitar a proximidade cognitiva entre animais humanos e não humanos, buscando assim conquistar direitos para estes últimos.

II- A concepção de que os animais são alvo de uma forma de discriminação arbitrária baseada na espécie, conhecida como *especismo*, na qual a condição de pertencer a uma espécie concede aos seres humanos o direito de subjugar, explorar e tratar os animais não humanos como objetos. O termo *especismo* foi criado na década de 1970 pelo psicólogo

² O artigo é resultado de pesquisa realizada para a dissertação “Veganismo não é dieta: Alteridade e conflitos na ética animalista vegana”, defendida em 2017, no PPGA/UFF.

³ Disponível em: <http://www.labea.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2014/05/Declara%C3%A7%C3%A3o-de-Cambridge-sobre-Consci%C3%A4ncia-Animal.pdf>, acesso em: 2 nov. 2020. O texto original não foi encontrado no site da conferência. No entanto, a tradução é facilmente encontrada em diversos sites.

Rychard D. Ryder (1975), e diz respeito à diferenciação de valores entre indivíduos, baseada nas diferenciações entre espécies. Peter Singer traz o conceito em seu livro *Libertação Animal* (1975), em analogia com racismo e sexismo. Em outras palavras, o *especismo* justifica práticas desiguais e violentas com base em uma característica arbitrariamente considerada natural, frequentemente usando argumentos extraídos tanto das ciências contemporâneas quanto das tradições religiosas, notadamente das judaico-cristãs.

III- A adoção, ao menos parcial, do conceito de *sujeito de uma vida*, formulado por Tom Regan (2006). Nesse conceito, o autor mobiliza a ideia de valor inerente dos seres vivos, mais especificamente do reino animal, reivindicando direitos à vida de animais não humanos. Isso o afasta do debate de Singer, mais calcado no utilitarismo da tradição de Jeremy Bentham. Enquanto para Singer, os animais não humanos deveriam ser incorporados em termos de igualdade na comunidade moral, essa inclusão é embasada na avaliação das consequências das ações para essa comunidade, visando maximizar os resultados positivos para o maior número possível de seus membros, ao mesmo tempo que se minimizam os danos infligidos a eles⁴.

IV- A crítica à condição de propriedade imposta aos animais não humanos, que os trata como objetos pertencentes aos seres humanos, conferindo-lhes um estatuto de mercadoria em termos jurídicos, morais, econômicos e políticos. De acordo com Francione (1995), o aspecto de propriedade dos animais é quase sempre o componente principal na resolução de conflitos entre humanos e animais. Ainda que o status de propriedade não esteja explicitado, em quase todos os casos nos quais interesses de humanos e de animais conflitam, é o ser humano que prevalece pelo direito de exercer domínio sobre sua propriedade. O vencedor da disputa está predeterminado pela maneira como o conflito é abordado desde o início. A linha de raciocínio se vale da analogia com a escravidão humana como um ponto de referência. Se pensarmos na lógica que coloca o escravo como propriedade de outro, este se torna mercadoria, objeto intercambiável que possui um proprietário. Seguindo essa argumentação, o autor conclui que o viés adequado a se seguir é o da abolição da exploração animal.

⁴ Lira (2013) argumenta que identificou, em suas pesquisas com veganos, a adoção da ideia de *senciência*, aprofundada por Singer (1975), somada à noção de *sujeito de uma vida* de Regan (2006), ao menos no que se refere aos discursos, pautados na ideia de *abolicionismo animal*.

V- A distinção entre Abolicionismo animal e bem-estarismo. Nem todas as pessoas que se empenham na defesa dos animais interpretam esse esforço como uma busca por direitos ou pela libertação do uso humano. Um exemplo é a Lei n.º 9.605/98, Seção I, art. 32 que diz “Praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos”⁵. Nesse sentido, se atos de crueldade e abuso ocorrem, a abordagem da defesa dos animais seria regulamentar as práticas de utilização animal com base em algum critério moral de consenso (de quem?), ou reduzir a dor e o sofrimento dos animais em cativeiro, preferencialmente com respaldo científico. Essa tendência é conhecida como *bem-estarismo animal (welfarism)* e é adotada por certos defensores dos animais, profissionais da área biomédica e saúde animal, bem como em legislações gerais e regulamentações específicas relacionadas ao uso de animais em laboratórios e abatedouros, por exemplo. No contexto mais amplo do veganismo, há uma oposição a essa abordagem das interações interespecies.

Perrota (2021) evidencia que o movimento de “defesa dos animais”, com o qual a prática do veganismo se coaduna, parte de uma crítica ao pensamento cartesiano que funda parcialmente a ideia de humanidade do ocidente moderno. Descartes é questionado por sua visão que considera a pessoa como uma entidade metafísica que estabelece a razão como o critério definidor do sujeito. Pois tal paradigma, enxerga os animais não humanos como corpos não possuidores de atributos humanos, sobretudo a razão, e, portanto, os exclui da humanidade e da comunidade moral, como seres usados como contraponto de afirmação das qualidades humanas (INGOLD, 1994).

De acordo com a autora, defensores dos animais não humanos contestam a segregação extrema entre humano e animal, reconhecendo características sensíveis e conscientes em outras espécies. O paradigma invocado para contestar a exclusividade humana em relação aos direitos é o cognitivista, recentemente introduzido pela neurociência, no qual a inteligência é avaliada pelo estudo do cérebro como órgão, em oposição à metafísica cartesiana. Nesse paradigma, a distinção cognitiva entre seres humanos e animais de outras espécies seria mais uma questão de grau do que duas ontologias separadas.

Entretanto, Perrota (2015) afirma que o paradigma cartesiano é rejeitado apenas parcialmente, no que se refere à exclusão de outras espécies. Defensores e veganos buscarão um diálogo com o paradigma cognitivista, reafirmando a dicotomia sujeito/objeto cartesiana e

⁵ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm. Acesso em: 20 mar. 2023

a ideia metafísica de uma ontologia animal específica, ampliando para outras espécies o que Descartes havia atribuído exclusivamente aos humanos.

Alicerçado nessas premissas, especialmente na temática do abolicionismo animal, o veganismo surge como uma ética aplicada que visa a erradicação da exploração animal nos hábitos de consumo. No entanto, o debate sobre o veganismo não se encerra nessa conclusão. Sua implementação suscita conflitos, tensões e negociações, de acordo com as observações de Vilela (2017). A questão evidenciada é que o veganismo não se restringe apenas à esfera do consumo e encontra-se em constante disputa, tanto em relação ao seu significado quanto às práticas que estão ou não alinhadas a ele.

Fazendo aqui uma apropriação dos termos de Malinowski, o que foi dito até agora revela apenas o que é o “esqueleto” do veganismo, uma definição em linha gerais. A inserção e observação das pessoas aplicando o veganismo em suas vidas – refletindo e discutindo sobre suas práticas, seja presencialmente ou *online* –, a participação nos diferentes espaços imponderáveis do cotidiano – tais como conflitos, divergências, dificuldades assim como as possíveis convergências – é o que forma a sua “carne” e “sangue”, ou seja, o veganismo sendo mobilizado e vivido pelas pessoas com suas contradições, negociações, conflitos e ordenamentos.

Existem questões em disputa no meio vegano: as formas como pessoas e instituições (ONGs, movimentos sociais e empresas) se apropriam do veganismo e pretendem afirmar e justificar suas práticas como veganas. Além disso, o que qualifica se um produto, empresa ou maneira de produzir é coerente com o veganismo ou não?

Perrota (2015; 2021) analisa como o movimento em prol dos direitos dos animais é influenciado pelo repertório dos direitos humanos, visando expandir esses direitos para incluir animais não humanos. Isso busca incorporá-los à comunidade moral com base nas abordagens já discutidas neste texto (libertação animal, sujeito de uma vida, abolicionismo animal, o termo especismo em analogia com sexismo e racismo). Dado que o veganismo, portanto, estabelece um diálogo com a trajetória histórica dos direitos humanos, surge a indagação: que concepção ou concepções de humanidade são invocadas quando se trata de direitos dos animais e veganismo? Como o veganismo se relaciona com perspectivas políticas que enfatizam classe, raça e gênero?

Os dados evidenciados inicialmente neste artigo foram obtidos de grupos na rede social Facebook em 2016, como parte da pesquisa para a dissertação do autor. Posteriormente, serão descritos os desdobramentos dos conflitos abordados que levaram à construção de uma nova

organização vegana no Brasil, A União Vegana de Ativismo (UVA). Essas informações foram obtidas a partir de relatos de dois de seus fundadores, do seu site oficial⁶ e das redes sociais da organização (Youtube, Facebook).

Importa salientar que a escolha de utilizar a rede social como fonte de pesquisa inicial foi influenciada pela própria dinâmica que o campo apresentava. Apesar existirem espaços presenciais como feiras veganas e mesmo o extinto Sopão Vegano, na cidade do Rio de Janeiro, os fóruns no Facebook se sobressaíam como os espaços privilegiados para intercâmbio de informações, debates e embates, moldando inclusive os temas discutidos nas esferas presenciais.

Metodologia de pesquisa nos grupos do Facebook

Os grupos presentes no Facebook constituem fóruns nos quais os indivíduos debatem postagens que incluem links de imagens, vídeos, textos ou questionamentos, bem como outros conteúdos elaborados pelas próprias pessoas que fazem as postagens. Esses espaços desempenham o papel de geradores de conflitos e divergências entre os adeptos do veganismo a respeito do que realmente caracteriza o veganismo e sua amplitude. Além disso, esses fóruns podem dar origem a debates de natureza qualitativa, os quais oferecem auxílio às pessoas e têm a capacidade de estabelecer alianças momentâneas ou, em contrapartida, rupturas.

Os dados foram mapeados em tópicos de discussão em vários grupos relacionados ao veganismo presentes na plataforma de rede social Facebook. Os grupos selecionados para essa finalidade foram: Veganismo Social – Discussões Interseccionais, Trolls Veganos, Troll Ajuda, Veganismo Libertário, Veganismo Popular. Nos referidos grupos do Facebook foram realizados contatos com mais de 40 pessoas em debates sobre diversos tópicos tratados ao longo da dissertação. Omite-se a apresentação de imagens, nomes de pessoas, assim como empresas, ONGs e marcas, uma vez que não havia a intenção nem a pertinência de divulgar esses nomes. O foco da pesquisa sempre esteve direcionado ao conteúdo dos diálogos, debates e intercâmbios ocorridos nos grupos da referida plataforma digital, relacionados com a temática em questão.

Portanto, para retirar a identificação pessoal de interlocutores e buscar extrair o máximo apenas dos conteúdos dos textos, foi substituído em cada seção os nomes das pessoas por animais personagens do jogo do bicho. Cientistas sociais costumam, em diversos trabalhos,

⁶ Disponível em: uniaovegana.org. Acesso em: 10 dez. 2022.

trocar o nome de seus interlocutores para preservar sua privacidade. Neste caso, utilizou-se os animais do jogo do bicho como provocação estética que dialoga com a temática do artigo. A escolha da nomeação foi aleatória. O nome das marcas dos produtos foi também omitido, apresentando apenas uma breve descrição das mesmas entre parênteses.

É imprescindível contextualizar que os espaços online abordados aqui se enquadram na definição de "digital" conforme proposta por Padilha e Facioli (2018) no sentido de práticas sociais que são relevantes tanto para a teoria quanto para a pesquisa sociológica. Tais práticas compreendem ações que envolvem tanto seres humanos quanto não humanos, com influência marcante nas interações sociais. Além disso, tais plataformas moldam interações sociais entre pessoas que podem estar geograficamente distantes. As redes sociais, ao mesmo tempo, influenciam e são influenciadas pelas relações sociais (SANTOS, 2022).

As opiniões veiculadas em tais fóruns estão acessíveis a todas as pessoas que participam desses grupos, de tal maneira que não constituem informações de caráter pessoal íntimo, que possam imediatamente expor os indivíduos à revelia do anonimato e revelar aspectos de suas vidas particulares.

Ademais, no que se refere à apresentação das transcrições, foi necessário conceber uma abordagem que de alguma forma reproduzisse a estrutura das sequências de respostas presentes nas páginas dos grupos do Facebook. Nessa rede social, quando alguém responde um tópico postado no grupo é possível que uma pessoa responda diretamente a cada resposta dada ao tópico de referência. Para assegurar que a leitura das transcrições fosse coerente, foi aumentado o nível de recuo quando se trata de uma resposta que é uma reação a outra resposta. Por exemplo,

O texto cuja resposta remete ao tópico principal ficou com esse recuo.

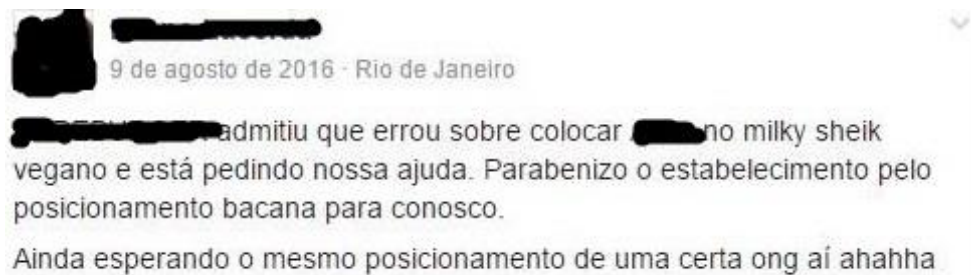
O texto que debate com a resposta acima ficou com esse recuo.

Para acompanhar a discussão, os trechos foram retirados diretamente dos grupos da rede social referida, com a devida edição, as imagens do tópico estarão presentes, seguidas pelos debates entre interlocutores (as) usando a formatação conforme referida acima.

O conflito em questão: É vegano ou não?

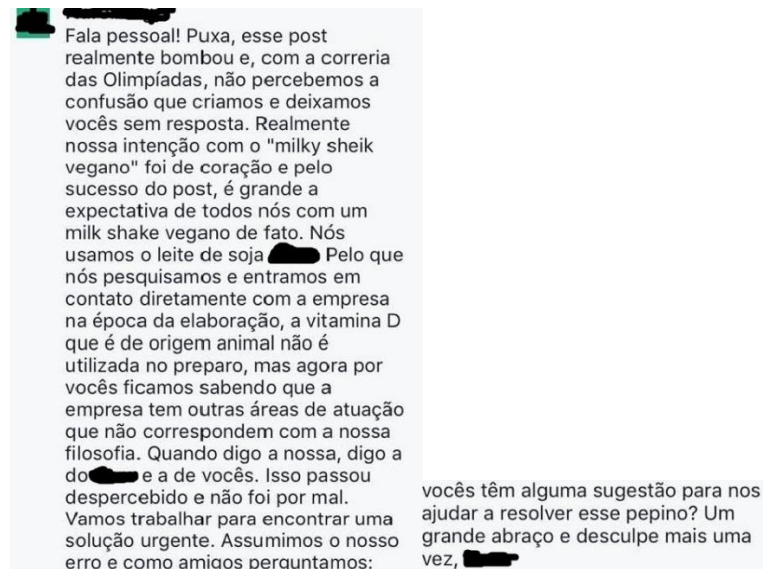
Uma parcela significativa dos conflitos e debates entre indivíduos adeptos do veganismo, ou mesmo daqueles que aspiram adotar essa prática, reside na questão do que genuinamente pode ser considerado vegano ou não, uma controvérsia que por vezes se entrelaça com a própria delimitação do conceito de veganismo. Aquilo que à primeira vista poderia parecer evidente, ou seja, se os produtos são desprovidos de ingredientes de origem animal e se foram submetidos a testes em animais ou não, frequentemente é objeto de discussão. O que de fato caracteriza a conformidade de uma prática de consumo ou de um produto comercializado com os princípios do veganismo muitas vezes se encontra em meio a debates, vigilância constante e contendas.

Figura 1 – Polêmica sobre leite vegetal



Fonte: Retirada de grupo da rede social Facebook.

Figuras 2 e 3 – Resposta da empresa sobre polêmica



Fonte: Retiradas do mesmo post na referida rede social.

Na postagem mencionada anteriormente, observa-se mais uma ramificação do conflito relacionado à definição do que é vegano em comparação com o vegetarianismo estrito. A discussão surgiu das reclamações na página de uma rede de restaurantes do Rio de Janeiro que possui opções lacto vegetarianas e veganas, ou vegetarianas estritas. O debate foi desencadeado pelo anúncio de um milk-shake vegano que utilizava leite de soja como base, suscitando questionamentos por, pelo menos, dois motivos: a presença de vitamina D de origem animal na composição desse leite e sua procedência como produto de uma empresa que conduz testes em animais. Sendo assim, para algumas pessoas veganas, tal leite de soja não poderia ser considerado vegano, nem vegetariano estrito. Além disso, conforme evidenciado no debate, se o produto contém qualquer componente de origem animal, não pode ser classificado como vegano. No caso de a empresa realizar testes em animais, poderia ser classificado como vegetariano estrito (ou seja, composto exclusivamente por ingredientes de origem vegetal), porém não estaria em consonância com os princípios do veganismo. A discussão também abordou a questão da decisão de não consumir produtos de empresas que conduzem testes em animais.

Interlocutor (a) Cabra - O problema da (marca de leite de arroz) é o preço de custo que ficará muito alto. Uma alternativa seria o da (marca de laticínios que tem linha de produtos à base de soja) não é vegano, mas pelo que vi é vegetariano estrito ou então eles fabricarem o próprio.

Interlocutor (a) Touro - Acho que (marca de laticínios que tem linha de produtos à base de soja) é liberado, só tem o problema de ser de uma empresa que explora milhares de animais todos os anos.

Interlocutor (a) Burro - A (marca de laticínios que tem linha de produtos à base de soja) é da (empresa de laticínios), que é da (grande corporação internacional), que testa. Logo, não dá para usar em algo divulgado como vegano. Acho que eles poderiam tentar uma parceria com a (marca de leite de arroz) para cair o custo.

Na seção subsequente, em uma busca por alternativas ao uso do leite proveniente da marca mencionada, surgem duas opções. Um desses substitutos é o leite de arroz, o qual, nos supermercados, é comercializado a um preço relativamente elevado. O segundo substituto é classificado como vegetariano estrito. Todavia, vale observar que nem todos os indivíduos que se identificam como veganos estabelecem essa distinção entre produtos vegetarianos estritos originários de marcas associadas à exploração animal e produtos genuinamente veganos. Essas perspectivas discrepantes constituem uma fonte proeminente de conflito, que se destaca e

resulta em implicações adicionais no contexto dos desentendimentos entre indivíduos e instituições que promovem a adoção do veganismo.

Interlocutor (a) Porco: A (ONG conhecida no meio vegano) que estava indicando (Leite vegetal de marca que realiza testes em animais) pra galera né?

Interlocutor (a) Porco: depois que a gente fala que essas ongs são duvidosas, chamam a gente de chato. Chato é você tentar ser coerente com os Animais e vem gente com influência e poder e bagunça tudo. Aí é mais chato ainda os Animais ficarem no meio dessa briga toda.

Interlocutor (a) Burro: A (ONG) está toda errada, indicando biscoitos da (grande corporação de alimentos industrializados), indicando (outra corporação citada na discussão anterior do mesmo tópico), falando que devemos comprar produtos de empresa que testam em animais, mas que não tem nada de origem animal para estimular as empresas a fazerem mais produtos assim... Só digo uma coisa: dinheiro há-ha.

Interlocutor (a) Camelo: A (ONG) não é um ONG vegana. No site deles diz que são contra abate, apenas. O foco deles é quem come carne. Não acho o melhor posicionamento, mas não vai rolar retratação.

No segmento acima, torna-se evidente que um dos propósitos da postagem consiste em expor uma ONG que estaria recomendando produtos classificados como vegetarianos estritos, os quais, por consequência, não seriam considerados veganos. Adicionalmente, é apontado que, apesar de frequentar espaços relacionados ao veganismo, essa ONG se restringiria apenas a discussões sobre alimentação, sem adotar posições contrárias a testes em animais ou ao uso de peles, por exemplo. Voltando ao embate original, sugere-se a indicação de produtos vegetarianos estritos com a perspectiva de que o aumento da demanda por esses produtos poderia incitar as empresas a produzirem mais alternativas veganas e, ao longo do tempo, abandonarem gradualmente a exploração animal. A premissa seria que os produtos de origem animal se tornariam menos lucrativos.

Por outro lado, há quem argumente que ao adquirir produtos de empresas supostamente envolvidas na exploração animal, o ato, na realidade, reforçaria a tendência de transformar o veganismo em apenas mais um nicho de mercado. Afinal, nada impediria que a empresa desenvolvesse linhas de produtos distintas e lucrasse tanto com o público que consome produtos de origem animal e seus derivados quanto com o público vegano ou vegetariano estrito.

Vilela (2017) destaca que o veganismo implica em um consumo político não apenas como uma manifestação individual destinada a comunicar um princípio ético e posicionar-se no mundo, mas também como um meio de intervir na esfera pública. Estratégias de boicote e de consumo que sustentam a forma de produção considerada adequada, em teoria, compõem a

maneira pela qual os adeptos do veganismo exercem sua ética animalista. Contudo, vale ressaltar que o boicote nem sempre é considerado eficaz. Como mencionado anteriormente, os critérios que guiam esse consumo político estão sujeitos a disputas no seio do movimento vegano.

Foi mencionada uma situação, entre várias que ocorrem, nas quais a origem animal de um ingrediente de um produto ou o fato de uma empresa realizar testes em animais são questionados. Tais elementos frequentemente dão origem a conflitos nos espaços voltados ao veganismo, como observado. Contudo, nota-se, a partir de 2015/2016, o surgimento de alguns temas que continuam a se desdobrar dentro do movimento vegano até os dias atuais. Esses temas transcendem a mera escolha individual de consumo com base em critérios éticos. O debate que surge a partir de um simples produto, como um leite vegetal de determinada marca, acaba por suscitar questionamentos mais amplos que problematizam não apenas as práticas de consumo adotadas por veganos, mas também as estratégias de promoção do veganismo e as bases políticas que orientam as ações de coletivos e indivíduos inseridos no movimento.

Veganismo e interseccionalidade

Vilela (2017) também assinala que, para algumas pessoas veganas, as questões relacionadas ao consumo não se limitam apenas à produção de bens que de alguma forma envolvam a exploração animal; elas podem se estender às relações de produção desses bens entre seres humanos, bem como ao tipo de publicidade promovido pelas marcas. Nesse sentido, ocorre uma interseccionalidade que considera classe e gênero na esfera do consumo político.

No entanto, além do âmbito do consumo, a interseccionalidade começou a ser abordada no contexto do movimento vegano, focalizando nas condições que tornam possível viver o veganismo ou até mesmo qual concepção de humano está sendo considerada, questionando, assim, a noção de um Humano universalizada⁷ até então presente no veganismo. Questões relacionadas a raça, classe, gênero e religião passaram a ser abordadas e discutidas pelas próprias pessoas veganas.

⁷ Conforme discute Perrota (2015), a noção de humano erigida pelo humanismo a partir da modernidade, especialmente do racionalismo cartesiano e do iluminismo, afirmou a ideia de um ser humano universal, indivíduo racional e autônomo. No entanto, conforme observei em minhas pesquisas, veganos que se alinham ao debate interseccional, costumam compreender que tal construção não dá conta nem da diversidade cultural, muito menos das desigualdades de classe, raça e gênero, consequências da mesma modernidade colonial e capitalista.

Um dos interlocutores, nomeado de Borboleta, compartilhou sua experiência sobre o dilema de participar do ritual de “corte”⁸ de uma galinha em um terreiro que frequentava, mesmo sendo vegano. Embora, geralmente na Umbanda não se realize o sacrifício animal, o terreiro que ele frequentava estava vinculado à tradição religiosa Quimbanda, que faz uso do “corte”.

Borboleta é um jovem que, embora não tenha experimentado racismo e machismo devido à sua identidade de gênero e etnia (sendo branco e homem), reside na periferia e pertence à classe trabalhadora. Durante aquele período, estava desempregado e enfrentava dificuldades financeiras, enquanto seus pais também passavam por momentos financeiramente desafiadores. Ele adotara o veganismo há sete meses, após ter sido ovo lacto vegetariano por sete anos. Nessa fase, as circunstâncias o limitavam a uma dieta restrita, composta principalmente de arroz e feijão em alguns dias, para não “cair”⁹ do veganismo. Ele chegou a trabalhar como panfleteiro em uma campanha política durante as eleições de 2016. Borboleta frequentava um terreiro localizado em uma favela na Baixada Fluminense, onde a noção de veganismo era desconhecida antes de sua introdução e discussão. Ele descreve que, ao se envolver com o templo religioso, uma entidade o auxiliou em suas próprias palavras. No entanto, para receber essa assistência, ele precisou ofertar uma galinha branca. Esse cenário gerou um conflito interno em Borboleta, ainda mais considerando que, ao compartilhar essa situação na internet, ele poderia se deparar com veganos prontos para acusá-lo de especismo, de ser um vegano falso, entre outras críticas.

A percepção de Borboleta e de outros veganos é que, pelo menos no Brasil, o veganismo é mais predominante entre pessoas de classes sociais “média” e “alta”, bem como entre pessoas brancas. Além disso, muitos restaurantes veganos possuem preços que se alinham com o padrão de consumo da classe média. Produtos com certificação de origem vegana ou que não foram testados em animais frequentemente possuem preços mais elevados. Borboleta observa que essa realidade cria, em algumas ocasiões, uma “bolha” que impede muitos veganos de terem conhecimento das realidades diferentes, como a que ele vivencia, levando-os a fazer julgamentos sem pleno entendimento.

Para abordar questões como essas, surgiram grupos no Facebook, tais como “Veganismo Social – Discussões Interseccionais” e “Veganismo Libertário”. Além disso, foi

⁸ Prática de abate ritual de determinados animais em algumas religiões de matriz afro-brasileiras, para fins de comensalidade e de comunhão com suas divindades.

⁹ Abandonar, ainda que momentaneamente, a prática do veganismo.

criado o grupo “Veganismo Popular” para compartilhar receitas que utilizam ingredientes mais acessíveis e simples de preparar. No primeiro grupo, a definição inclui os seguintes dizeres:

Sabemos o quanto é difícil [sic] a desconstrução da cultura especista, e sim temos a consciência que certos setores sociais terão mais facilidade de acesso a essa informação assim como ferramentas que ajudem no processo. Os animais não humanos não poderão ser livres enquanto os animais humanos também não o forem, no mais profundo sentido.

Não queremos desvalidar pessoas que atuem exclusivamente na causa animal não humana, mas para que avancemos na questão de reconhecimento de direitos, precisamos expandir nossa luta e juntar forças com quem está nas causas humanas, mesmo que ainda não tenham desconstruído o especismo dentro de si [sic].

Para quem ainda não é vegano: vamos desconstruir essa ideia de que veganos colocam animais acima de humanos – embora a causa animal esteja sendo em alguns momentos abrigo para posturas de ódio ao ser humano, geralmente pobre, isso é falha desses humanos – não casa nem com a lógica pregada pelo movimento, além de não condizer com os estudos científicos. Para quem está no veganismo: vamos nos lembrar da força da cultura capitalista, objetificadora. Vamos nos lembrar da dificuldade de desconstrução [sic] cultural, principalmente quando somos tão carentes de toda sorte de recursos. Vamos fazer um movimento social sério, que possa dar e receber apoio, ajudando a criar um mundo mais amoroso para todos.

O grupo e seus administradores, além de reconhecerem que certos “segmentos sociais” podem ter maior facilidade para desafiar o especismo devido ao acesso a informações sobre essa prática, apresentam-se como críticos do capitalismo e do classismo.

Em outra instância, reconhecem a importância de estabelecer alianças com outras causas sociais a fim de desconstruir a ideia de que os veganos se preocupam apenas com os animais. Durante o Sopão Vegano¹⁰ observou-se que uma das motivações por trás do projeto, mencionada em várias ocasiões por indivíduos engajados, era a percepção de que o sopão serviria como uma resposta concreta às críticas frequentemente direcionadas ao veganismo. Tais críticas afirmam que os veganos e defensores dos direitos animais, de maneira geral, não demonstram preocupação com seres humanos. Portanto, além de servir como um local de interação social, o sopão vegano também representava uma maneira de propagar o veganismo, incorporando uma forma de ativismo que visava ter um impacto prático na vida das pessoas em situação de rua, além de transmitir uma mensagem às pessoas não veganas.

¹⁰ Coletivo de ativistas veganos e vegetarianos do qual participei em 2015 e 2016. O sopão vegano consistia numa reunião mensal para cozinhar e distribuir comida vegana caseira e nutritiva para pessoas em situação de rua no centro da cidade do Rio de Janeiro. Lá eu atuava preparando, embalando e por vezes entregando as refeições voluntariamente, durante o período citado.

No entanto, a preocupação em refutar acusações de que o veganismo é misantropo ou anti-humano não é a principal motivação desses grupos. Entre as normas estabelecidas no mencionado grupo, constam as seguintes diretrizes:

-Por ter orientação interseccional, entende-se que o grupo anda junto a outros movimentos sociais que não apenas os de direitos animais; portanto, debates sobre feminismo, homofobia, transfobia, xenofobia, capacitismo e outros assuntos com pautas sociais são totalmente necessários e liberados.

-Não serão tolerados machismo, racismo, lesbofobia, homofobia, transfobia, xenofobia, capacitismo e gordofobia, sendo o membro primeiramente advertido e, se persistir, banido.

A abordagem interseccional tem suas raízes na tradição de estudos inaugurada por intelectuais negras a partir da década de 1980. Marco fundamental nesse contexto foram as obras de Kymberly Crenshaw, *Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color* (1984); Angela Davis, *Mulher, Raça e Classe* (1982); Bell Hooks, *Black Women: Shaping Feminist Theory* (1984) e outras. No Brasil, Leila Gonzáles é uma referência em obras como *O Papel da Mulher Negra na Sociedade Brasileira: Uma Abordagem Políticoeconômica* (1979).

Essa crítica interseccional, em sua essência, originou-se de intelectuais militantes negras que questionavam a unilateralidade presente em movimentos sociais da época. Essa crítica destacava a necessidade de abordar o machismo no movimento negro, combater o racismo dentro do feminismo e adotar uma perspectiva teórica centrada na mulher trabalhadora negra, como exemplificado por Davis (1982). Esse contexto levou a criação de abordagens mais abrangentes e multifacetadas, que não se limitassem a um único marcador de diferença ou desigualdade social. Assim, essas pensadoras passaram a desenvolver uma linguagem que explorasse as intersecções entre diferentes formas de exploração e opressão, de modo a discutir a condição da mulher negra e criar uma estrutura intelectual que pudesse ser aplicada a outras minorias e lutas.

Se a função da interseccionalidade é “oferecer ferramentas analíticas para apreender a articulação de múltiplas diferenças e desigualdades” (PISCITELLI, 2008, p. 266), a contribuição das pensadoras negras possibilita uma reavaliação da alteridade, tanto em relação ao outro quanto a si mesmo. Para os ativistas veganos que buscam adotar uma abordagem interseccional, a consideração das múltiplas formas de expressão da individualidade humana e das diversas relações de poder e desigualdades que moldam essas realidades leva a perceber

que a noção de um humano universal, tal qual promovida pelo especismo, é insuficiente para enfrentar os desafios que a realidade impõe à expansão do veganismo.

“Fazer o recorte”

A ferramenta encontrada por pessoas veganas para conseguir persistir e ampliar a bandeira antiespecista foi apresentar o debate interseccional através de uma ferramenta metodológica digamos “nativa” – algo que não era senso comum nos debates de movimentos sociais –, mobilizada pela expressão “fazer o recorte”. Essa abordagem não era comum em debates de movimentos sociais, embora sua aplicação não seja exclusiva ao meio vegano, e tampouco sempre esteja vinculada à questão da interseccionalidade. Entretanto, tornou-se uma expressão emblemática no contexto desse movimento. Assim como os praticantes do veganismo são diversificados, todos estão unidos no esforço de superar o especismo, da mesma forma, os opositores do veganismo também são atravessados por diversas divisões societárias.

A expressão “fazer o recorte” não se limita meramente a questões identitárias, como origem, etnia, gênero, religião, geração e sexualidade, que se referem às características relacionais que contextualizam e representam indivíduos e grupos em determinado período histórico. Essa expressão pode também englobar concepções políticas e a maneira como o indivíduo percebe sua posição nas relações de poder na conjuntura atual. Segundo Agier (2001, p. 9),

a concepção relacional da identidade permite nos aproximarmos um pouco mais da busca de seu “abrigo virtual”. Com efeito, o ponto de partida das buscas de identidade individuais ou coletivas é o fato de que somos sempre o outro de alguém, o outro de outro. É necessário, então, pensar-se a si próprio a partir de um olhar externo, até mesmo de vários olhares cruzados.

Nesse contexto, cada indivíduo pode perceber a si mesmo e ser percebido por meio de uma variedade de perspectivas, e sua adesão ao veganismo será influenciada por essas diversas visões e, por sua vez, influenciará essas mesmas perspectivas.

Retomando o relato de Borboleta desde o início desta seção, é possível compreender que pessoas que o criticaram por sua participação em um ato de sacrifício animal, ao qual ele próprio não se sentiu à vontade, não consideraram o conceito de “fazer o recorte”. Ou seja, não consideraram que questões de classe, por exemplo, poderiam tornar suas escolhas mais desafiadoras do que para um *vegan* de classe média. Ironicamente, o terreiro religioso no qual a entidade propôs ajuda, mediada pelo sacrifício, apesar de suas práticas serem alvo de críticas

por muitos veganos, foi um ambiente mais acolhedor e solidário para Borboleta do que os espaços veganos presenciais ou online. Nesse local, situado na periferia da Baixada Fluminense, uma região já periférica do estado do Rio de Janeiro, ele conseguiu informar pessoas que nunca tinham ouvido falar de veganismo.

Dialogando com Perrota (2015), é possível introduzir a ideia de que existem regimes de humanização e animalização que perpassam as interações entre diferentes espécies. Assim, determinados animais podem ser humanizados em certos contextos e, portanto, serem alvo de consideração moral. Paralelamente, existem grupos sociais historicamente animalizados e, conseqüentemente, marginalizados da esfera moral predominante. O desafio reside em reconhecer e abordar essas complexas interações.

Dessa forma, “fazer o recorte” representa uma tentativa apresentada por parte dos *vegans* (embora não exclusivamente no veganismo, é claro) de abranger as assimetrias de poder, as desigualdades e a diversidade de pessoas que integram ou poderiam integrar os esforços em prol da libertação animal, tanto humana quanto não humana.

Conflitos produzem novas organizações e coletivos

O surgimento de novos coletivos veganos, tanto nacionais quanto internacionais, que passaram a atuar no Brasil, pode estar relacionado aos desdobramentos das questões conflituosas relatadas nos exemplos acima. Pelo menos um desses coletivos teve sua origem vinculada à discussão inicial sobre o apoio à compra de produtos considerados veganos por alguns ativistas e organizações não governamentais (ONGs). Esses produtos provêm de empresas que realizam testes em animais ou que estão ligadas à produção de carne e laticínios de origem animal.

A história abordada de maneira breve como exemplo está relacionada ao contexto de fundação da organização chamada União Vegana de Ativismo (UVA). As narrativas relevantes foram obtidas por meio de entrevistas em áudio no aplicativo *WhatsApp* com dois dos fundadores da UVA. Além disso, é acompanhado o site e as redes sociais (*YouTube e Facebook*) da organização. No entanto, antes de descrever as circunstâncias que culminaram na criação da UVA, é necessário apresentar a Sociedade Vegetariana Brasileira (SVB), bem como focar em um de seus projetos e áreas de atuação.

A Sociedade Vegetariana Brasileira (SVB) é uma organização não governamental fundada no Brasil em 2003. Ela se dedica a promover a “alimentação vegetariana como uma

escolha saudável, ética, sustentável e socialmente justa”, “trabalhar para aumentar o acesso da população a produtos e serviços vegetarianos”¹¹. Uma das missões da ONG é, “difundir informação de referência para profissionais, instituições, e a sociedade brasileira em geral sobre fundamentos, viabilidade e benefícios da alimentação vegetariana estrita”¹².

Um dos projetos da SVB é o *Selo Vegano*. Segundo a própria organização, esse selo foi estabelecido para certificar que os produtos das empresas são adequados para veganos, cumprindo critérios como: a ausência de componentes de origem animal, a não realização de testes em animais no produto finalizado e a garantia de que os fabricantes fornecedores não testam os ingredientes em animais (com um período de carência de no mínimo 5 anos).¹³

Duas questões merecem destaque. Primeiramente, é notável a ausência do termo veganismo nas seções visitadas do site da SVB. Em vez disso, ao fazer referência à alimentação, o termo utilizado é “dieta vegetariana estrita”. Em segundo lugar, é importante observar que o selo vegano está relacionado a produtos, podendo ser concedido a empresas que possuem outros produtos de origem animal e até mesmo a empresas que realizam testes em animais. Essa abordagem pode ser vista como uma estratégia “pragmática” para aumentar a presença de produtos veganos nas prateleiras dos supermercados, visando popularizar e aproximar o veganismo das pessoas. No entanto, críticos argumentam que essa abordagem cria o que chamam de “veganismo de produto”, ou seja, a afirmação de que existem produtos veganos mesmo em empresas não veganas, o que suscita conflitos.

A SVB não é a única a adotar essa estratégia e a acreditar que esse é um caminho para promover o vegetarianismo estrito ou, no caso de influenciadores em redes sociais, o veganismo. Alguns desses influenciadores fazem anúncios de produtos veganos de empresas que realizam testes em animais não humanos.

Parte dos fundadores da UVA originou-se de um dos núcleos estaduais da SVB. Ao perceberem a relação da ONG com as marcas e sua abordagem, que consideravam “mais liberal e voltada para o mercado”, eles inicialmente tentaram disputar a presidência da ONG com a intenção de promover mudanças internas. Isso provavelmente se deve à influência e reputação que a SVB construiu desde 2003. No entanto, em paralelo, esses ativistas trabalharam com outros para conceber um coletivo vegano interseccional e popular, que viria a ser a UVA. Foi somente após esgotarem as tentativas de influenciar a ONG por dentro, e diante do desgaste do

¹¹ Disponível em: <https://www.svb.org.br/svb/quem-somos/sobre>. Acesso em: 20 mar. 2023.

¹² Cf. nota 10.

¹³ Disponível em: <https://www.selovegano.com.br/sobre/>. Acesso em: 20 mar. 2023.

processo eleitoral, que os fundadores da UVA redigiram uma carta oficializando a retirada do núcleo da SVB Nacional.

Uma das fundadoras da UVA compartilhou que sempre teve a preocupação de articular causas como feminismo, ambientalismo e um veganismo mais crítico em relação ao capitalismo e à indústria de alimentos. Ela mencionou ter percebido uma tendência de não se dar espaço a esses debates, bem como um maior alinhamento a empresas e à indústria alimentícia, acompanhado de um silenciamento em relação a acusações de machismo direcionadas a um *influenciador* conhecido no meio vegano. A partir de discussões com outros ativistas sobre a importância de combater opressões sofridas por animais humanos e não humanos, ela se envolveu na construção da UVA.

A UVA expressa, em sua “Declaração de Recife”, sua carta de princípios, um compromisso em lutar com base no anti-especismo, justiça social e equidade, autonomia, suprapartidarismo, soberania alimentar e direito à alimentação adequada, laicismo, saúde e sustentabilidade. A organização se estrutura através de núcleos municipais e regionais presentes em alguns estados do Brasil, além de associados, tendo a Assembleia Geral como sua instância máxima de deliberação.

A UVA já realizou dois congressos nacionais, um em 2019 e outro em 2021. Um deles foi realizado de forma online devido à pandemia.

Considerações finais

Ao término deste artigo, pôde-se identificar pelo menos duas tendências dentro do meio vegano, que apresentam tanto convergências como divergências. Uma delas advoga pela promoção do consumo de produtos veganos industrializados nas prateleiras, visando reformar o sistema de exploração animal ou sua eventual extinção através de campanhas que estimulem o consumo desses produtos. A outra tendência procura se distanciar dessas abordagens, demonstrando uma postura crítica em relação ao capitalismo e às grandes corporações que passaram a considerar o veganismo como uma oportunidade para um novo nicho de mercado. Os seguidores dessa última tendência também buscam estabelecer diálogos com pautas relacionadas à classe, raça, gênero e outras bandeiras da esquerda política e/ou direitos humanos.

O veganismo, ao denunciar as práticas de exploração dos animais não humanos, contesta a lógica de controle fundamentada nos binômios natureza-cultura e animalidade-humanidade, que também se manifesta historicamente no contexto colonial.

Entretanto, ao apresentar uma dicotomia em que só há um conceito universal opressor de humano versus animais não humanos, muitos veganos acabam reafirmando uma perspectiva de pensamento ocidental e eurocêntrica, que também está impregnada de elementos colonizadores. Tanto os indivíduos da espécie humana apresentam uma notável diversidade em termos das relações que vivenciam, quanto os animais não humanos também variam significativamente devido às mesmas razões.

É válido considerar, inspirados por Perrota (2015), que vivemos em uma estrutura onde certos animais não humanos estão excluídos da comunidade moral, enquanto outros são parcialmente considerados nesse contexto. Da mesma forma, existem seres humanos que estão marginalizados parcial ou completamente da comunidade moral, enquanto outros não estão. Adotando essa perspectiva, torna-se possível compreender as complexidades dos conflitos que emergem no âmbito do veganismo entre questões de direitos humanos e direitos dos animais.

Neste contexto, em que a maioria das sociedades enfrenta as implicações éticas, ambientais e sociais da modernidade ocidental capitalista, o veganismo surge e encontra adesão. É claro que ele se fundamenta nas bases já discutidas neste texto, ainda que carregue suas próprias contradições. O que se torna evidente, a partir desta análise, é que os conflitos no meio vegano evoluíram para o surgimento de tendências divergentes, que se manifestam nas abordagens relacionadas ao mercado, às estratégias de boicote e à promoção, bem como à aderência a pautas mais amplas que transcendem a dimensão restrita do veganismo enquanto uma causa relacionada somente ao tratamento de outras espécies animais.

Os dois tipos de conflitos apresentados neste artigo, aqueles que abordam o boicote, a promoção e a indústria de alimentos, bem como aqueles que exploram as questões humanas e animais, tiveram consequências na maneira como as divisões internas no movimento vegano foram moldadas nos últimos anos, pelo menos no contexto brasileiro.

Isso fica evidente através das estratégias adotadas pela ONG SVB, que visa promover um veganismo centrado na rotulagem de produtos da indústria alimentícia, considerando tal abordagem como um meio para ampliar o acesso e popularizar o veganismo. Em contrapartida, surge a UVA como uma entidade que se opõe ao que seria a prática de veganismo defendida pela SVB. A UVA critica a falta de uma abordagem profundamente crítica em relação à indústria alimentícia e ao especismo, assim como a ausência de preocupação em conduzir

debates interseccionais, ou pelo menos em abordar as questões relacionadas a classe, raça e/ou gênero.

Essas tendências já estavam presentes desde o trabalho de campo realizado em 2017, o qual serviu como base para grande parte dos dados discutidos neste artigo. Essa pesquisa se torna fundamental para compreender as questões que estão em movimento no âmbito do debate sobre o veganismo no Brasil atualmente.

Retomando a metáfora inicial de Malinowski, agora que conseguimos explorar além do esqueleto”, a “carne” e o “sangue” do veganismo, torna-se compreensível que, à medida que o movimento se expande e, teoricamente, ganha mais adeptos e popularidade, novos conflitos relacionados às suas práticas surgem. Esses conflitos podem gerar tendências e até mesmo correntes de pensamento antagônicas. Portanto, é inviável abordar o veganismo como um movimento homogêneo e singular, caso se deseje encarar esse debate de maneira séria.

REFERÊNCIAS

AGIER, M. Distúrbios Identitários em Tempos de Globalização. **MANA**, v. 7, n. 2, p. 7-33, 2001.

CERQUEIRA, R.d e M. S. **Veganismo não é Dieta: Alteridade e Conflitos na Ética Animalista Vegana**. 2017. Orientadora: Ana Paula Perrota Franco.128 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

FERRIGNO, M. V. **Veganismo e libertação animal: um estudo etnográfico**, Campinas, SP: [s.n.], 2012.

FRANCIONE, G. L. **Animals, property, and the law**. Philadelphia: Temple University Press, 1995.

INGOLD, T. **Humanity and Animality Companion Encyclopedia of Anthropology**. Londres: Routledge, 1994.

LIRA, L. C. “O outro lado do muro”: natureza e cultura na ética animalista e no ativismo vegan. **Revista ANTHROPOLÓGICAS**, Recife, ano 17, v. 24, n. 1, p. 67-102, 2013.

MALINOWSKI, B. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1998 [2002].

PADILHA, F.; FACIOLI, L. Sociologia digital: apontamentos teórico-metodológicos para uma analítica das mídias sociais. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 54, n. 3, p. 305-316, set./dez. 2018.

PERROTA, A. P. Animais e direitos: as fronteiras do humanismo e do sujeito em questão. **Revista de antropologia**, São Paulo, v. 64, n. 2, p 1-24, 2021.

PERROTA, A. P. **Humanidade Estendida**: A construção dos animais como sujeitos de direitos. 2015. 315 f. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

PISCITELLI, A. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 11, n. 2, p. 263-274, jul./dez. 2008.

REGAN, T. **Jaulas vazias**: encarando o desafio dos direitos dos animais. [S. l.]: Ed. Lugano, 2006.

SANTOS, A. S. **Ativismos Digitais do Movimento Afro Vegano**: Uma análise das narrativas performativas nas mídias sociais. 2022. 192 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

SINGER, P. **Libertação Animal**. São Paulo: Editora Lugano, 2004.

VILELA, D. B. L. Consumo político e ativismo vegano: dilemas da politização do consumo na vida cotidiana. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Seropédica, v. 25, n. 2, p. 353-377, jun. 2017.

CRediT Author Statement

Reconhecimentos: Não se aplica.

Financiamento: Não se aplica.

Conflitos de interesse: Não se aplica.

Aprovação ética: Não se aplica.

Disponibilidade de dados e material: Não se aplica.

Contribuições dos autores: Rodolfo de Moraes Santos CERQUEIRA é responsável pela pesquisa, análise e redação do artigo.

Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação.

Revisão, formatação, normalização e tradução.

